



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2005

Propõe que a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados realize ato de fiscalização e controle, com o auxílio do TCU, para avaliar o Comitê Paraolímpico Brasileiro no cumprimento de sua missão institucional.

Senhor Presidente,

Com fulcro no art. 100, § 1º, combinado com os artigos 60, inciso I, e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17/89, proponho a Vossa Excelência que, ouvido o digno Plenário desta Comissão, adote as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle, com o auxílio do TCU, tendo em vista o disposto no art. 71, IV e VI, da Constituição Federal, para avaliar o Comitê Paraolímpico Brasileiro no cumprimento de sua missão institucional.

JUSTIFICAÇÃO

O Comitê Paraolímpico Brasileiro é financiado com recursos da Loteria Esportiva Federal, em razão do disposto na Lei nº 9.615/98. Em função disso, apesar de ser uma entidade de civil sem fins lucrativos, está sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas da União, conforme estabelece o art. 56, § 5º, do referido diploma, nestes termos:

§ 5º Cabe ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação dos recursos repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro em decorrência desta Lei.

Disso, podemos concluir que o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) está sujeito à fiscalização do controle externo, cujo titular é o Congresso Nacional, que pode exercê-lo diretamente ou com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Assim, a Câmara dos Deputados é competente para apreciar a matéria.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Tendo em vista que o Comitê Paraolímpico Brasileiro exerce relevante papel social e representa o Brasil no exterior, importante que esta Casa, como órgão integrante do titular do controle externo, solicite à Corte de Contas que se manifeste sobre o cumprimento da missão institucional da entidade, apontando, se for o caso, as dificuldades para tal. Importante, também, que a Corte de Contas se manifeste quanto à eficácia e efetividade das relações que o Comitê Paraolímpico Brasileiro mantém com as seguintes entidades:

- a) ABDEM – Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais;
- b) ABRADECAR – Associação Brasileira de Desporto em Cadeiras de Rodas;
- c) ANDE – Associação Nacional de Desporto para Deficientes;
- d) IBDD – Instituto Brasileiro de Direito Desportivo.

É com essa finalidade que se apresenta esta proposta de fiscalização e controle, pois é importante que os recursos públicos sejam aplicados de maneira alcançar os fins pretendidos.

Brasília, de de 2005

Dep. André Figueiredo
PDT/CE